

O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online

Ilídio Medina Pereira¹

Partindo do pressuposto de que o jornalismo deve representar a diversidade de pensamentos da sociedade, este artigo tem como objetivo averiguar os sentidos construídos pela *Folha Online* e o pelo *Portal de Notícias da Globo*, quando abordam a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. A partir da análise de discurso, foram estudados textos publicados nesses jornais durante o ano de 2007. Verificou-se que predomina o discurso que se posiciona contra a política de cotas raciais, utilizando o argumento de que essa política configura uma forma de discriminação, tida como ato inconstitucional, pois fere o princípio da igualdade. Em contrapartida, o argumento de que a política de cotas corrige distorções históricas, e que, uma vez aceitos nas universidades, os cotistas têm tido bom desempenho, pouco aparece nos dados em discussão.

Palavras-chave: jornalismo online, política de cotas raciais, análise de discurso.

The discourse about racial quota system in the online journalism. Considering that journalism should represent the diversity of society thought, the aim of this paper was to study the senses constructed by *Folha Online* and *Portal de Notícias da Globo* in the approach of racial quota system in the Brazilian universities. Texts published during 2007 were analyzed, from the perspective of discourse analysis. It was observed the predominance of discourse against the racial quota system, based in these arguments: it will be a new form of discrimination, unconstitutional and it will reinforce the racism. By other side, the discourse which arguments that racial quota system could correct historical distortion and the good performance of students admitted by the racial quota system is cited few times.

Keywords: online journalism, racial quota system, discourse analysis.

*En el supuesto de que el periodismo debe representar la diversidad de pensamientos de la sociedad, este artículo tiene por objeto investigar los sentidos construidos pela *Folha Online* e o pelo *Portal de Notícias da Globo* la hora de abordar la política de cuotas raciales en las universidades públicas brasileñas. Del análisis de discurso, se analizaron los textos publicados durante el año 2007 y encontró que domina el discurso que se posiciona contra la política de cuotas raciales, utilizando los argumentos de que la política de ajuste como una forma de discriminación, es inconstitucional, violan el principio de igualdad y destaca el racismo. Sin embargo, el discurso que sostiene que la política de cuotas debe corregir distorsiones históricas, y que una vez aceptado en las universidades los alumnos han tenido buenos resultados, parece poco en este debate.*

Palabras clave: periodismo en-línea, la política de cuotas raciales, el análisis de discurso.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGCOM. E-mail: ilidiopereira@bol.com.br.

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por uma série de mudanças em todos os aspectos. O dinamismo dos meios de produção e comunicação e o acesso aos estoques mundiais de informação, possibilitados pela era da tecnologia, exercem grande influência nas novas formas de relações sociais.

Na ótica de Moita Lopes (2002), um dos objetivos básicos que subjaz à pesquisa nas Ciências Sociais atualmente é dar sentido às mudanças que as sociedades estão experimentando devido aos processos de globalização e de mediação das experiências por meio da mídia. Tais mudanças são centrais na reorganização dos modos de pensar e de viver o mundo, como também nas formas de ver e de experienciar a diversidade humana. Para Silverstone (2002), a mídia é fundamental para nossa vida cotidiana, contribuindo para nossa capacidade de produzir e de partilhar significados com sua onipresença e complexidade, sua dimensão social, cultural, política e econômica. Nesse contexto, os meios de comunicação social, como estruturas profissionalizadas de distribuição de mensagens, acabam por profissionalizar a atividade mediadora que se instaura e se consolidam como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade. Segundo Wolton (1995), o espaço público contemporâneo pode ser designado por “espaço público mediatizado”, pois é funcional e normativamente indissociável do papel da mídia. Assim, os discursos presentes nos meios de comunicação, a partir da articulação de outros discursos presentes na sociedade, acabam tendo um importante papel de re-configuração do espaço social, atribuindo valores que organizam as relações presentes nessa sociedade.

Dentro do vasto universo dos meios de comunicação, destacamos e voltamos nossa atenção para o jornalismo, que constitui um espaço privilegiado para a construção da realidade social, uma vez que é o lugar onde se constroem sentidos a partir de fatos que ocorrem, ao contrário de outros espaços midiáticos que se caracterizam pelo aspecto ficcional, pela recriação de um real. Partindo do pressuposto de que o processo de interação social vive dos protocolos de linguagem, conseqüentemente, a veracidade e a legitimidade dos fatos estão nos discursos. Como

campo por onde passam discursos de outras áreas com distintos interesses, o jornalismo desempenha um papel de *manejador*, de produtor de novas realidades. Desempenhando esse papel de mediação entre os diferentes campos sociais e provocando um diálogo entre eles, o jornalismo também se configura como um espaço de legitimação e consolidação do real pela visibilidade que dá aos outros campos. O jornalismo garante visibilidade aos outros campos sociais ao mesmo tempo em que se caracteriza como um dispositivo instituidor do espaço público, uma vez que a realidade não só passa, como também é construída nele (Borrelli, 2004).

Historicamente, como instituição social, o jornalismo evoluiu no desenvolvimento de técnicas de coleta de informações, na padronização de procedimentos quanto à seleção e à representação das fontes das notícias no texto das mesmas, na especialização dos gêneros da imprensa e nas teorias da informação em busca da objetividade, do equilíbrio e da veracidade daquilo que é publicado. No entanto, no dia-a-dia, a instituição tem de lidar com uma série de fatores intervenientes: a dependência da publicidade, a relação com as elites dominantes, com as instâncias governamentais e com as empresas concorrentes e a oferta de informação. Ademais, como qualquer instituição social, está sujeita à formação ideológica vigente na sociedade, sofre os efeitos da luta por hegemonia e contribui para a reprodução do consenso em torno do qual a sociedade se reproduz.

À luz do que já foi dito, o objetivo, neste artigo, é ver como o discurso jornalístico – com todas as suas peculiaridades – se liga aos modos como compreendemos a realidade, tendo como foco o contexto das relações raciais. Para tanto, tomamos o caminho da linguagem, propondo averiguar que sentidos são construídos pelo discurso jornalístico quando aborda o tema das cotas para negros² nas universidades públicas brasileiras.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente, abordamos o universo das políticas de cotas no Brasil, mostrando o caminho percorrido até sua implantação e, brevemente, os principais discursos de reação a essa política. No item seguinte, voltamos a atenção para o jornalismo como espaço de produção de sentidos, mostrando o seu papel de mediador dos vários campos da sociedade e, na seqüência, tecemos algumas considerações sobre o jornalismo online. Depois, apresentamos o *corpus* de pesquisa seguido da análise e, no final, elaboramos algumas considerações.

² Apesar de a política de cotas abarcar tanto alunos negros quanto alunos provenientes de escolas públicas, dentro da nossa proposta, interessa estudar apenas as cotas raciais.

Do direito à igualdade às ações afirmativas: as cotas nas universidades

O debate sobre ações afirmativas entrou definitivamente na pauta das questões de redemocratização nacional com a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul. Embora as pró-ações afirmativas tenham raízes no protesto do Movimento Negro, marcado pela Marcha dos 40 mil, ocorrida em Brasília no ano de 1995, em homenagem aos 300 anos de Zumbi dos Palmares, foi nessa conferência que o Brasil reconheceu oficialmente a existência de discriminação contra negros e comprometeu-se instituir ações específicas, no intuito de propiciar maior acesso de negros ao ensino superior.

A noção de igualdade como princípio jurídico de primeira grandeza nos documentos constitucionais, segundo Gomes (2003), emerge após as experiências revolucionárias dos Estados Unidos e da França, no final do século XVIII. Concedido com a finalidade de abolir os privilégios típicos dos regimes antigos e para acabar com as distinções baseadas na linhagem e na rígida e imutável hierarquização, o conceito de igualdade – que veio dar sustentação jurídica ao Estado Moderno – estabelece que a lei deve ser igual para todos, sem distinção de qualquer espécie. Paulatinamente, porém, a concepção de uma igualdade puramente formal começou a ser questionada, quando se constatou que a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. Assim, segundo Dray (1999), em vez de igualdade de oportunidades, importava falar em “igualdade de condições”. Da transição da ultrapassada noção de igualdade “formal” ao novo conceito de igualdade substancial surge a idéia de “igualdade de oportunidade”.

É nesse contexto que temos o surgimento das políticas sociais de apoio e de promoção de determinados grupos socialmente fragilizados. A essas políticas sociais, que são tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de “ação afirmativa” ou “ação ou discriminação positiva”, terminologia do direito europeu (Gomes, 2003). Originária nos Estados Unidos, no início da década de 1960, o termo “ação afirmativa” surge no contexto dos movimentos dos direitos civis, especialmente

os denominados “movimentos negros” que exigiam que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra.

No Brasil, as ações afirmativas são representadas essencialmente como programas de cotas, ou seja, pela adoção de medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com históricos de exclusão. A discussão acerca da implantação de medidas de ações afirmativas torna-se complexa quando são levantados critérios étnicos para que sejam definidas. À luz das teorias contemporâneas sobre o desenvolvimento da questão racial brasileira, pode-se entender a representação do Brasil como o país da democracia racial, como resultado de um ideal de não-segregação de brancos e negros depois da abolição da escravidão, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos (Magalhães, 2004). Segundo Guimarães (2003), a representação mítica de uma sociedade brasileira sem preconceito ou discriminação tem origem na idéia, muito difundida nos Estados Unidos e na Europa, de que o Brasil não tem uma linha de cor e, portanto, as “pessoas de cor” teriam as mesmas oportunidades que as brancas em relação a questões de trabalho, saúde e prestígio. Assim, em vez da segregação, temos o que Schwarcz (2000) refere como “racismo cordial”, ou seja, uma modalidade de relação racial em que o preconceito seria proibido e, caso existisse, deveria ser reprimido. Um estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em 2005, comparando dois grupos de brasileiros, um constituído por brancos e outro constituído por negros e pardos, apontou o grau de desigualdade racial no Brasil. Enquanto a média do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da população branca classificaria o Brasil em 44º lugar em relação à média dos demais países comparados, a média da população negra e parda o classificaria em 105º lugar.

Uma das medidas para corrigir essa situação é o projeto de lei 3627/04, que estabelece a reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino superior público para alunos oriundos do ensino médio público, segundo o rendimento do aluno durante o ensino médio. Nesses 50%, seria reservado percentual proporcional à população de negros e de indígenas de cada estado para estudantes auto-declarados negros ou indígenas. Esse projeto de lei já foi aprovado em três comissões da Câmara Federal e está em plenário. Recentemente, foram divulgados manifestos contra e a favor do projeto. Paralelamente à discussão, no Congresso Nacional, sobre as universidades públicas e sobre a igualdade racial, de acordo com o Ministério

de Educação, 57 universidades federais e estaduais se adiantaram no processo de adoção de ações afirmativas; a maioria das decisões, entretanto, deu-se no âmbito interno da universidade. A falta de uma legitimidade garantida por lei federal que oriente as ações em torno da implementação de cotas nas Universidades públicas brasileiras causa instabilidade, provocando discussão e controvérsia. É exatamente sobre discursos de reação quanto a esse projeto que focalizamos a análise a seguir.

Discursos de reação sobre o projeto de cotas

Em 2006, a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) encarregou-se de realizar uma pesquisa em oito das principais capitais do país sobre a implantação do sistema de cotas. Foram aplicados 1001 questionários, e a tabulação revelou que 53% das pessoas consultadas apóiam a implantação de cotas para os alunos que freqüentaram o ensino médio em escolas públicas. O presidente da FENEP, José Teixeira, interpretou os dados como uma prova de que as políticas afirmativas são aceitas pela sociedade e que o prazo ideal para que as cotas tornem-se realidade é de 10 anos, igualmente previsto na proposta do Ministério da Educação (Frazão, 2007).

Se, por um lado, existe esse tipo de reação favorável, por outro, se disseminam posições de repúdio às cotas de forma discriminatória e, na maioria das vezes, ilegal. Serve de exemplo a notícia publicada no *Portal G1*, dando conta de que “Cotas raciais viram assunto de polícia no Rio Grande do Sul” (*Portal G1*, 2007a), fazendo referência às pichações feitas no muro próximo à faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a frase “Negros só se for na cozinha do RU (restaurante universitário)” (transcrição literal).

Outros opositores menos radicais às cotas advertem quanto às dificuldades na adaptação dos cotistas, pelo fato de, provavelmente, possuírem um baixo nível de conhecimento, em virtude da precariedade das escolas públicas. Alegam que, sobretudo, estariam deslocados junto aos colegas que têm acesso a bens diversos. Outros protestos são feitos com a argumentação bem embasada, com a intenção de evitar o uso de estereótipos e de preconceitos. É o caso dos intelectuais que foram a Brasília entregar o manifesto – “Carta Pública ao Congresso Nacional” – contra as cotas,

aos presidentes do Senado e da Câmara, alegando que o sistema ameaça o princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos. Uma semana depois, manifestantes pró-cotas e Estatuto do Negro criticaram o grupo de intelectuais que se opõem à proposta e, esses também, levaram um documento a Brasília no qual é analisado o quadro de exclusão racial no ensino superior no Brasil, considerado “um dos mais extremos do mundo” (Frazão, 2007, p. 33).

O estudo sobre os sentidos que o discurso jornalístico constrói ao tratar desse tema polêmico se torna pertinente, pois toca em inúmeros pontos da sociedade brasileira e traz à tona questões que dizem respeito às relações entre universidade e sociedade, às mazelas do passado escravocrata, à ideologia da “democracia racial”, à questão da distribuição de renda. Como o campo do jornalismo – com suas peculiaridades – produz sentidos, esse assunto é tratado a seguir.

O jornalismo como espaço de produção de sentidos

O jornalismo é um lugar de circulação e de produção de sentidos, uma vez que a notícia está permanentemente definindo e redefinindo, construindo e reconstruindo fenômenos sociais. Essa posição filia-se à Teoria Construcionista, que, em oposição às visões ligadas ao paradigma positivista, defende que a notícia ajuda a construir a realidade. Isso se justifica pelo fato de a notícia – produto final do jornalismo – se materializar na linguagem e na idéia de que a linguagem nunca é neutra. Nesse contexto, as notícias resultam de processos complexos de interação social, envolvendo agentes, nomeadamente os jornalistas e as suas fontes de informação (jornalistas e sociedade) e os membros da comunidade profissional (Traquina, 2004). Assim, toda a linguagem é dialógica, e esse dialogismo pode ser pensado tanto entre discursos quanto entre sujeitos (Brait, 1997).

Sendo resultado da interação entre sujeitos – intersubjetividade – implica dizer que o jornalismo é produzido não apenas pelo sujeito que fala, mas também pelo sujeito que lê. Conseqüentemente, é opaco, uma vez que abre para diversas possibilidades de interpretação. Assumir esse pressuposto no campo do jornalismo resulta em reconhecer que o teor objetivo fica apenas no campo da boa intenção do jornalista. O ideal da objetividade sugere que os fatos possam

ser separados das opiniões ou juízos de valores e que os jornalistas consigam um distanciamento dos acontecimentos do mundo real, cujo significado e verdade eles transmitem ao público por intermédio de uma linguagem neutra. Nesse sentido, o equilíbrio e a busca de imparcialidade funcionam mais como um recurso discursivo de auto-apresentação positiva do que como possibilidade concreta.

Segundo Benetti (2005), essas características exigem que, sempre que se fazem estudos de discurso sobre o campo jornalístico, levemos em consideração suas regras como campo e suas características como gênero, evitando que os resultados sejam equivocados, distorcidos, ou mesmo inválidos.

Afora essas características do campo do jornalismo e, pelo fato de termos escolhido para o *corpus* de análise notícias sobre o sistema de cotas publicadas em jornais online - *Portal de Notícias da Globo* e *Folha Online* -, torna-se necessário explicitar algumas referências próprias do jornalismo que se faz pela internet.

O jornalismo online e a construção do corpus

Na sociedade atual, é indiscutível o valor que a internet tem no cotidiano das empresas, das escolas e dos cidadãos comuns, configurando-se como grande aliada para a mobilidade e a rapidez processual de dados, pesquisas e informações nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Entre as várias opções que o ciberespaço oportuniza, atemo-nos ao campo do jornalismo delimitado no foco deste artigo.

Para Manta (2005), a entrada de jornais e revistas na internet inaugura um novo veículo de comunicação que reúne características de todas as outras mídias e tem como suporte as redes mundiais de computadores. Nesse âmbito, o jornalismo digital representa uma revolução no modelo de produção e de distribuição de notícias. Com isso, nota-se que, enquanto no jornal impresso a localização da matéria indica sua relevância, no jornal digital, ela é distribuída separadamente em páginas eletrônicas ou agrupada por editoria. Ainda sobre essa questão temporal, Franciscatto (2004) acrescenta que a atualização dos conteúdos rompe a periodicidade diária e pode ser aplicada em intervalos de tempo bastante reduzidos, praticamente de forma contínua. Conseqüentemente, esse tipo de jornalismo pressupõe

um leitor que esteja constantemente interagindo com a máquina, de forma que possa se atualizar no que se refere às informações que são atualizadas no decorrer do dia. Esse uso instantâneo da informação disponibilizada na internet constitui o alto grau de efemeridade da notícia, justamente pela maneira como ocorre o processo de atualização dos informes. Assim, por vezes, um mesmo assunto, acrescido de uma ou outra informação torna a informação anterior já velha (Da Silva, 2006).

A esse respeito, Franciscatto (2004) argumenta que a produção de notícias em tempo real, sob um ritmo de articulação contínua, é um dilema particular para jornalistas, pois esse modelo impõe, às novas redações jornalísticas, uma produção que se baseia na disponibilização de um maior número de notícias para dar idéia de continuidade de fluxo. Assim, compete ao jornalista multiplicar a sua produção, mesmo ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos.

Para estudar os sentidos construídos sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras, fizemos uma busca com as palavras “cotas” e “universidade” nos *sites* da *Folha Online* e do *Portal G1*. Foram escolhidas todas as notícias publicadas de janeiro a dezembro de 2007, cujos títulos tinham referência às cotas nas universidades. Como o projeto de lei que reserva cotas nas universidades inclui os negros e os egressos de escolas públicas, faz-se necessária uma ressalva. Em função da nossa proposta de trabalho, decidimos que analisaríamos apenas os textos que, no seu conteúdo, fizessem referência a cotas para negros ou, caso não fizessem essa referência específica, tratassem de questões gerais sobre cotas nas quais a questão racial estivesse presente. Assim, os textos que abordaram apenas as cotas para os egressos de escolas públicas ou outros tipos de cotas, nomeadamente cotas para filhos de bombeiros e de policiais mortos em serviço, ficaram fora da análise.

A escolha do *Portal G1* deve-se ao fato de ele trazer notícias de vários veículos de jornalismo de referência, segundo o próprio *site*, como *Globo News*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*, entre outros. A *Folha Online* foi escolhida por ser, segundo o *site*, o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa, produzindo conteúdo com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da *Folha*. Na busca realizada no dia 23 de julho de 2008, considerando os requisitos mencionados, tivemos acesso a 39 matérias: 14 veiculadas na *Folha Online* e 25 veiculadas no *Portal G1*. Essas 39 matérias informativas compõem nosso *corpus* de análise.

Os sentidos construídos

Para compreender os sentidos produzidos pelo discurso dos jornais *Portal G1* e *Folha Online* quando abordam a política de cotas para negros, utilizamos alguns conceitos da análise de discurso francesa que viabilizam o trabalho. De acordo com Maingueneau (2002), o analista de discurso supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível. Entretanto, como lembra Pêcheux (1997), a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. Assim, o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja por meio de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal.

A análise inicia-se a partir do próprio texto para chegar à sua exterioridade e à sua anterioridade constitutivas, e o primeiro passo para a compreensão dos sentidos presentes – foco deste artigo – é identificar as formações discursivas (FDs), regiões de sentidos em que se busca reunir todas as marcas textuais que convergem para um sentido nuclear estabelecido na observação do *corpus*. Essas formações discursivas tomam forma a partir do movimento de paráfrase, por meio do qual o texto reitera um mesmo sentido ao longo de diferentes seqüências discursivas (SDs). Seqüências discursivas são trechos arbitrariamente recortados pelo analista em função de sua operacionalidade metodológica e de relevância de conteúdo analítico (Benetti e Rocha, 2007). Assim, das 39 matérias analisadas, encontramos sete formações discursivas principais que condensam os sentidos sobre a política de cotas para negros.

É importante ressaltar que, nessas seqüências discursivas, estão presentes todos os tipos de fontes que os jornalistas ouviram, nomeadamente estudantes, juízes, pais de alunos, reitores, especialistas em educação, governo, polícia, movimentos organizados e advogados.

Política de cotas discrimina

Nos textos publicados, ganha corpo o discurso que vê a implantação da política de cotas como um ato discriminatório, uma vez que, segundo esse argumento,

acaba dividindo a sociedade, ao privilegiar parte desta, no caso os negros. Essa formação discursiva ficou com 27,5% do total das seqüências discursivas analisadas.

As cotas são discriminatórias. Elas estão dividindo a juventude. O que a gente quer é um ensino de qualidade para todos (Portal G1, 2007b).

O principal argumento do discurso que vê a política de cotas como discriminatória é o de que esta fere o princípio do mérito e, portanto, ameaça a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o nível dos universitários.

A universidade é um lugar de conhecimento. E como lugar de conhecimento, deveria primar o mérito, a livre escolha, e não uma imposição estatal que determina discriminando os estudantes entre si (Portal G1, 2007a).

Falha no critério de avaliação

Para avaliar quem é negro e, conseqüentemente, dar ao candidato a possibilidade de fazer o vestibular como co-tista, a maioria das universidades forma uma banca para tal avaliação. Esse julgamento é feito mediante análise de fotos e de uma entrevista. Denominamos de “falha no critério de avaliação” essa formação discursiva percebida em 20,7 % das seqüências discursivas analisadas. O argumento do discurso que vê falha nessa avaliação é o de que isso vai depender da subjetividade dos membros da banca, ao decidirem se o aluno se encaixa ou não no perfil de negros ou pardos. É o caso de uma aluna que, segundo a banca examinadora, não se enquadrava nesse perfil e entrou com um processo contra a Universidade Federal do Paraná. Segundo o advogado,

Essa análise (uma banca de especialistas de movimentos negros) não é base de estudo em lugar nenhum. Só se pode avaliar raça por meio de um teste genético, afirma ele (Portal G1, 2007c).

Noutro momento, destacamos o fato de um juiz criticar as cotas, exaltando precisamente a falta de critérios objetivos de classificação:

Em sua decisão, o juiz criticou o sistema de cotas: “[...] critérios subjetivos dos membros de banca designada pelo reitor da UFPR, tornando-se forçosa a conclusão de que a opção pelo regime de cotas constitui verdadeira loteria para os candidatos” (Portal G1, 2007d).

Quando se faz essa discussão sobre como saber quem é negro ou pardo para candidatar-se pelo sistema de cotas, vem à tona a comparação com o sistema de cotas norte-americano. Ao contrário dos Estados Unidos, onde havia uma segregação Institucional, com leis que separavam os brancos e negros, esse fato não aconteceu no Brasil. Toma-se este fato como argumento para mostrar que, no Brasil, esse critério de avaliação não faz sentido, uma vez que a mestiçagem impossibilita a identificação por fenótipo.

Para Costa Dias, não é possível identificar com precisão quem é negro no Brasil. “Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos da América, a miscigenação entre os denominados ‘brancos’ e ‘negros’ torna a identificação por fenótipo absolutamente inconsistente” (*Folha Online*, 2007a).

O sistema de cotas é inconstitucional

Na análise dos textos, constatamos um grande número de notícias que tinham como foco processos jurídicos movidos contra as universidades, alegando que a política de cotas fere o princípio da igualdade presente na constituição. Essa formação discursiva ficou com 17,2 % das seqüências discursivas analisadas.

“A supressão de vagas ao não negro viola o princípio constitucional da igualdade, sem que haja real fator para privilegiar o denominado negro, em detrimento do denominado não negro”, afirmou o juiz (Portal G1, 2007e).

Investir na educação para melhorar a educação

O discurso que defende maior investimento na educação em todos os níveis, dando melhores condições aos que trabalham na área da educação, ficou com 10,4% das seqüências discursivas analisadas. Esse discurso posiciona-se contra as cotas, alegando que, com melhores escolas, com professores preparados, com a ampliação do número de vagas, teríamos uma educação de integração e, conseqüentemente, não haveria necessidade de reservar vagas para parcelas específicas da população.

Invista-se em educação, permanência dos estudantes nas escolas e você vai ter uma universidade cheia de pessoas de todas as raças e todas as cores. Uma universidade essencialmente multiétnica (Portal G1, 2007a).

Como podemos constatar, esse último é um discurso que, apesar de posicionar-se contra as cotas, é mais brando. Inclusive, é um discurso que, em última instância, chega a defender cotas sócio-econômicas, mas não raciais.

O que nós temos que fazer é ampliar as vagas e, se houver necessidade de fazer algum critério, que o critério seja econômica, social, e não racial (Portal G1, 2007f).

Dívida histórica

O discurso que mostra que a política de cotas é necessária no Brasil, justificando que existe uma dívida histórica com os negros, ficou com 10,4% das seqüências discursivas analisadas. Segundo esse argumento, essa ação tem o papel de reparar o mal histórico cometido durante a escravidão. Nesse contexto, cabe ao Estado reconhecer o crime cometido e estabelecer políticas compensatórias para construir uma democracia real para todos.

Há sim que ter uma política que afirme esse ingresso e que corrija uma distorção histórica, que impediu inclusive legalmente que estes setores, principalmente negros, ingressem na escola e no ensino superior (Portal G1, 2007a).

O que se faz é dar às pessoas o direito de usufruir os direitos que elas já deveriam usufruir normalmente. As ações afirmativas visam construir uma sociedade normal a partir de uma sociedade anormal (Folha Online, 2007b).

Bom desempenho dos cotistas

Para os defensores da política de cotas o discurso que faz referência ao desempenho dos cotistas é um aspecto positivo, presente em 6,9% das seqüências discursivas analisadas. Esse posicionamento mostra que os alunos admitidos pelo sistema estão tendo desempenho igual e,

em alguns casos, superior ao dos não cotistas, contrariando o argumento de que o sistema de cotas baixaria a qualidade do ensino superior. O Ministro da Educação Fernando Haddad, ao defender a política de cotas, apresentou esse argumento:

Todas as previsões catastróficas de que os cotistas reduziriam a qualidade do ensino superior estão sendo desmentidas pelo desempenho desses alunos (Portal G1, 2007g).

Ainda nessa formação discursiva, incluímos os discursos que mostram que a evasão escolar dos cotistas é menor que a de não cotistas, uma vez que valorizam o fato de estudarem numa universidade federal, uma realidade praticamente impossível sem essa política.

Segundo levantamento, 11,6% dos não-cotistas desistem da faculdade nos dois primeiros anos de curso, enquanto, no mesmo período, apenas 6% dos cotistas sociais e 4% dos cotistas raciais deixam de frequentar a faculdade (Portal G1, 2007h).

Para nós uma das hipóteses para explicar isso é que eles não vão desistir do curso diante das primeiras dificuldades como acontece com os outros alunos. Eles não vão desistir tão fácil porque antes eles não tinham perspectivas de estudar em uma universidade pública (Portal G1, 2007h).

Cotas acentuam o racismo

As posições contrárias mais radicais vêem a política de cotas não apenas como um ato discriminatório e inconstitucional, mas como uma prática capaz de acentuar o racismo no Brasil. Isso foi verificado em 6,9% das seqüências discursivas analisadas.

Isso revela a face mais perigosa do sistema implantado, que é você promover a separação e a divisão da sociedade brasileira entre brancos e negros e entronizar a raça como critério de distribuição de justiça (Portal G1, 2007i).

É importante ressaltar que esse posicionamento também é defendido pelo Movimento Negro Socialis-

ta, uma organização que se manifesta contra as cotas, alegando que essa política vem na contramão da luta da organização.

São leis que vão no sentido de aprofundar o racismo que existe no Brasil. São leis que vão jogar uns contra os outros. A luta pela sobrevivência, a luta pela igualdade é uma luta que já nos consome, que já dói. E nós não podemos deixar que um mal maior se faça (Portal G1, 2007j).

Considerações finais

Neste trabalho, a proposta foi analisar o discurso jornalístico que circula na internet quando se aborda a política de cotas raciais. Mais que fazer um comparativo entre veículos – trabalho para um futuro próximo –, averiguaram-se sentidos construídos quando se aborda um tema polêmico que diz respeito a toda a sociedade brasileira, de acordo com os motivos destacados ao longo deste trabalho.

A análise revelou que predomina o discurso que vê as cotas como um ato de discriminação, uma vez que facilita o acesso a certas camadas da sociedade às universidades, quando deveria valorizar como critério principal o mérito. Esse posicionamento contrário às cotas alega que não faz sentido essa proposta, no Brasil, uma vez que a história brasileira de mestiçagem inviabiliza qualquer juízo que se faz adotando como critério a diferença de cor. Outro argumento é o de que essa política é inconstitucional porque vai contra o princípio da igualdade defendida pela constituição.

Também posicionando-se contra as cotas raciais, temos o discurso de que se deveria investir mais na educação, aumentando as vagas. Tal investimento, conseqüente e naturalmente, promoveria a integração dessa parcela da população à sociedade. Em última instância, esse discurso prega que, se forem necessárias as cotas, que sejam definidas por critérios sócio-econômicos.

No outro lado dessa discussão, temos o discurso favorável às cotas, o qual alega que essa política é o resultado de uma dívida histórica, devido aos anos de escravidão vividos pelos negros. Esse posicionamento tem a seu favor o discurso que mostra que – contrariando as especulações de que o sistema põe dentro das universidades estudantes com baixo nível escolar – os cotistas vêm tendo bom aproveitamento e com taxas menores de evasão.

No extremo dessa discussão, temos o discurso que argumenta que o sistema de cotas raciais alimenta o racismo. Comparativamente, verificamos que há um posicionamento declarado contra as cotas ou a limitação da discussão com o uso de argumentos repetitivos. São entrevistadas pessoas que condenam o sistema, com a afirmação de que o governo não investe na educação e, por isso, acena para essa medida populista.

Essa reflexão se faz necessária, uma vez que o discurso jornalístico, ao tentar refletir a realidade, ou fazer a reconstrução seletiva da realidade, está embutido da certeza de que é o espelho da verdade cuja imagem se estrutura no compromisso social, na atribuição da exatidão e na relevância do tema, que se materializariam na informação precisa e na observância da liberdade de opinião. Porém, isso fica comprometido, quando se alimenta um discurso que se quer hegemônico – contra as cotas – e, conseqüentemente, que legitima um discurso que, como a história tem mostrado, afeta toda a sociedade.

Referências

- BENETTI, M. 2005. *Jornalismo e Análise do Discurso: método para estudo das vozes*. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, III, Florianópolis, 2005. *Anais...* Florianópolis, SBPJOR, p. 23-36.
- BENETTI, M.; ROCHA, P. 2007. Jornalismo e modelos de mulher: a construção de sentidos das narradoras de TPM. *Contracampo (UFF)*, 16:49-70.
- BORRELLI, V. 2004. Jornalismo como atividade produtora de sentidos. Acessado em: 04/09/2008, disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane-jornalismo-atividade-sentidos.pdf.
- BRAIT, B. 1997. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: B. BRAIT, *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas, UNICAMP, p. 357-366.
- DA SILVA, G. 2006. *Linguagem e textualização da polêmica sobre as cotas nas universidades públicas: o texto informativo online*. Acessado em: 04/09/2008, disponível em: www.filologia.org.br/revista/40suple/linguagem_e_textualizacao.pdf.
- DRAY, G. 1999. *O princípio da igualdade no direito do trabalho*. Coimbra, Livraria Almedina, 116 p.
- FOLHA ONLINE. 2007a. Justiça Federal suspende cotas da UFSC para vestibulando. 01 dez. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br>.
- FOLHA ONLINE. 2007b. Sul-africano defende expansão de ações afirmativas no Brasil. 01 dez. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br>.
- FRANCISCATTO, C. 2004. As novas configurações do jornalismo no suporte on-line. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, VI(3). Acessado em: 24/09/2008, disponível em: www.eptc.com.br.
- FRAZÃO, T. 2007. *Análise crítica do discurso sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras*. Recife, PE. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, 167 p.
- GUIMARÃES, A. 2003. Racial insult in Brazil. *Discourse & Society*, 14(2):133-151.
- GOMES, J. 2003. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: F. LOBATO; R. SANTOS, *Ações afirmativas contra desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, DP & A, p. 15-57.
- MANTA, A. 2005. Guia de jornalismo na internet. Acessado em: 04/09/2008, disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/manta/guia/index.html>.
- MAGALHÃES, C. 2004. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, 4(número especial):45-58.
- MAINGUENEAU, D. 2002. *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez, 238 p.
- MOITA LOPES, L.P. 2002. *Identidades fragmentadas*. Campinas, Mercado de Letras, 232 p.
- PÊCHEUX, M. 1997. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 317 p.
- PORTAL G1. 2007a. Cotas raciais viram assunto de polícia no Rio Grande do Sul. 28 jun. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007b. 'Quero ensino para todos' diz branco que pode concorrer em cotas para negros. 01 dez. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007c. 'Ela é da cor da Camila Pitanga', diz advogado de aluna cotista. 07 mar. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007d. Justiça manda UFPR matricular aluna do sistema de cotas. 06 mar. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007e. Justiça permite que vestibulando branco concorra a vagas para negros. 30 nov. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007f. Gêmeos se inscrevem no sistema de cotas da UnB, mas só um é aceito. 29 maio. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007g. 'Previsões catastróficas' sobre cotas foram desmentidas, diz ministro. 03 set. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.
- PORTAL G1. 2007h. Evasão escolar de cotista é 3 vezes

menor do que a de não-cotista na UFPR. 26 abr. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.

PORTAL G1. 2007i. UnB muda critério de avaliação no sistema de cotas. 01 out. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.

PORTAL G1. 2007j. Documento critica Estatuto da Igualdade Racial e sistema de cotas. 30 maio. Acessado em 15/07/2008, disponível em <http://g1.globo.com/Noticias>.

SILVERSTONE, R. 2002. *Por que estudar a mídia?* São Paulo, Loyola, 302 p.

SCHWARCZ, L. 2000. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: M.N.S. FONSECA (org.), *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 11-40.

TRAQUINA, N. 2004. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 224 p.

WOLTON, D. 1995. As contradições do espaço público mediado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22:149-166.

Submetido em: 10/09/2008

Aceito em: 03/10/2008